



III HOMENAGEM
**MARIA DO ESPÍRITO
SANTO SILVA**

PELA VALORIZAÇÃO
DAS DEFENSORAS DE
DIREITOS HUMANOS



APRESENTAÇÃO

“A noite não adormece nos olhos das mulheres”

— Conceição Evaristo

Para nós, mulheres, cada direito conquistado é o resultado de muita luta e resistência, não apenas contra mandos e desmandos de governos autoritários e conservadores que insistem em tirar nossos direitos fundamentais, ou das empresas que expropriam nossos territórios, devastam nossas terras e rios e que ainda financiam, nas cidades, a militarização das nossas favelas, ou de uma legislação que impede que tenhamos domínio sobre nossos próprios corpos. Lutamos, cotidianamente, contra o machismo e o patriarcado entranhado na sociedade, que nos silencia, desqualifica e mata, pela nossa condição de mulher. Para nós, mulheres negras, a situação é agravada pela ausência de uma política de reparação histórica, que nos condenou a empregos com baixa remuneração e de reminiscência escravocrata, condições precárias de habitação, saúde e educação e uma política de criminalização da pobreza, que nos encarcera. Estamos mobilizadas pelo direito à vida, pelo exercício pleno da liberdade e pelo acesso à nossa história.

A luta é árdua. No Brasil, a cada 90 minutos uma mulher é assassinada. A taxa de feminicídios é a quinta maior no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

É nesse cenário que estão inseridas as defensoras de direitos humanos. Só neste ano, de janeiro a novembro, o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos registrou o assassinato de sete mulheres que atuam na luta pela terra, território e meio ambiente, contra a violência institucional, a tortura, o racismo, o machismo, contra as violações de direitos humanos cometidas por empresas e no



enfrentamento de um modelo de desenvolvimento violador de direitos. Um exemplo é o da quilombola Francisca Chagas, do Maranhão, que foi estuprada e morta. E não é um caso isolado. Recebemos diversos relatos de defensoras que são hostilizadas, ameaçadas e atacadas por sua condição de mulher.

Para dar visibilidade a esse quadro e à luta das defensoras, a Justiça Global tem a honra de homenagear, a cada ano, mulheres que estão na linha de frente na luta pelos direitos humanos no Brasil. Instituída em 2014, a Homenagem Maria do Espírito Santo Silva é uma reverência ao papel essencial que essas defensoras desempenham, desafiando poderes políticos e econômicos responsáveis por violações de direitos humanos, sociais, culturais e ambientais. Em 2016, vamos celebrar com Djanira Krenak, liderança povo Krenak, Dona Julia Procópio, da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, Iza Cristina Bello (a Índia) e Lurdilane Gomes da Silva (a Ludma), do Movimento dos Atingidos por Barragem, Sandra Quintela, do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul e Wilma Melo, do Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões.

**“Tenho nas veias sangue de ancestrais.
Levo a vida num ritmo de poema-canção,
Mesmo que haja versos assimétricos,
Mesmo que rabisquem, às vezes,
A poesia do meu ser,
Mesmo assim, tenho este mantra em meu coração:
“Nunca me verás caída ao chão.”**

— Esmeralda Ribeiro



Desde a sua fundação, há 17 anos, a Justiça Global vem trabalhando a temática das defensoras e defensores e sua contribuição no enfrentamento às violações de direitos e no fortalecimento da democracia. Em 2004, participamos da formação do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos e passamos a integrar a Coordenação Nacional do Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) do governo federal, como uma das cinco organizações representantes da sociedade civil.

A nossa experiência nesses espaços, com o acompanhamento de numerosos casos e com a atuação em atividades de formação nessa temática nos possibilitou a construir um entendimento de que são defensoras e defensores de direitos humanos todas as pessoas, grupos, organizações, povos e movimentos sociais que atuam na luta pela eliminação de todas as violações de direitos e liberdades fundamentais dos povos e indivíduos. Inclui-se aí aquelas e aqueles que buscam a conquista de novos direitos individuais e coletivos, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais que ainda não assumiram forma jurídica ou caracterização formal específica. São contemplados ainda aquelas e aqueles que resistem politicamente aos modelos de organização do capital, às estratégias de deslegitimação e criminalização do Estado e à ausência de reconhecimento social de suas demandas. No tocante à coletividade, consideramos, por exemplo, que os movimentos sociais, sindicatos, associações, comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhos são defensores e defensoras de direitos humanos enquanto entes coletivos.

Ao longo de todos esses anos, identificamos características e padrões de violência perpetrados contra essas defensoras e defensores e coletividades, que se expressam pela criminalização por via de ações nas esferas legislativa e judicial e pelo tratamento



do conflito social por meio de mecanismos coercitivos e punitivos, como o emprego de força policial, espionagem, milícias armadas e com a participação de outros atores públicos e privados, inclusive das grandes corporações que operam os principais meios comunicação.

Nos chama atenção as especificidades das violações às defensoras, que sofrem ataques morais, psicológicos, sexuais, desqualificação, invisibilização, criminalização, silenciamento do papel político que desempenham e tentativas de inferiorização por serem mulheres. Nesse sentido, é importante discutir e adotar medidas protetivas que incorporem a perspectiva de gênero, bem como destacar e criar espaços de fortalecimento da luta e do protagonismo de nossas defensoras. A criação desta Homenagem busca cumprir este papel de modo a reafirmar o nosso compromisso na luta pela superação do machismo e do patriarcado.

Neste ano de 2016 perdemos a nossa querida amiga e companheira, poetisa, Elaine Freitas, que lutou durante toda à vida por um mundo mais justo, livre do racismo e do machismo a quem dedicamos esta edição da Homenagem.

A escolha do nome de Maria do Espírito Santo Silva para a Homenagem é uma forma de lembrar a história desta defensora, assassinada em 2011 junto com seu companheiro José Cláudio Ribeiro da Silva, em Nova Ipixuna, Pará, por denunciar ações ilegais de madeiros e carvoeiros na região.

Maria do Espírito Santo Silva e seu companheiro José Cláudio Ribeiro lutavam pela defesa da floresta como forma de sustento e na criação da reserva extrativista do Assentamento Praia Alta Piranha, em Nova Ipixuna, no sudeste do Pará, onde existe uma das últimas áreas nativas de castanha-do-pará. Eles chegaram ao local em 1987, passando a viver da extração de óleos de andiroba e castanha. O casal morava numa área de 20 hectares, com 80% de área verde preservada. Como a madeira na região tem alto valor, ela logo passou a ser alvo de cobiça de madeireiros e grileiros. Maria e José Cláudio começaram a sofrer ameaças constantes, denunciadas ao poder público, que se mostrou omissa na investigação e na garantia da proteção adequada aos defensores. No dia 23 de maio de 2011, o casal foi executado a tiros a mando de madeireiros.

Em abril de 2013, um tumultuado Júri realizado na cidade de Marabá absolveu José Rodrigues Moreira, acusado de ser o mandante do crime, e condenou os pistoleiros Lindonjonson Silva Rocha, a 42 anos e oito meses de prisão, e Alberto Lopes do Nascimento, a 45 anos de prisão.

O Ministério Público, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH), organizações que atuaram como assistentes de acusação no caso, ingressaram com recurso de apelação perante o Tribunal de Justiça do Pará, alegando que a decisão dos jurados contrariou as provas existentes no processo que incriminava José Rodrigues. Os desembargadores, por unanimidade, concordaram com os argumentos contidos na apelação, e no dia 12 de agosto de 2014 anularam o julgamento e ainda decretaram a prisão de José Rodrigues. No entanto, mesmo com a prisão preventiva decretada pelo tribunal desde o dia 8 de agosto de 2015, José Rodrigues continuava circulando pelo assentamento onde o casal foi assassinado. Na última terça-feira, 6 de dezembro de 2016, José Rodrigues foi condenado a 60 anos de prisão.

Apesar de todas as reflexões que temos acumulado na atuação no sistema prisional a respeito da necessidade de avançarmos no desencarceramento, a responsabilização pública e formal de um ator social poderoso que encomenda o assassinato de defensores de direitos humanos tem um valor simbólico e político de grande importância.

Para lembrar a luta de Maria, a Justiça Global escolheu seu nome como título da homenagem a outras mulheres guerreiras de todo o país.

**“Desse Ser-Mulher
feito de luta, sonho,
força e arte.**

**Tornar-se mulher
exige coragem.”
— Elaine Freitas**







HOMENAGEADAS

—





DJANIRA KRENAK

A violência da colonização e o poder de destruição do capitalismo geraram, ao longo da nossa história, danos irreparáveis aos povos originários. Um genocídio. Estima-se que antes da colonização portuguesa, viviam nesse território cerca de cinco milhões de pessoas divididas em vários agrupamentos, com línguas, tradições e modos de vida próprios. Hoje, a população indígena foi reduzida a 896,9 mil, segundo dados do IBGE.

Além do massacre dos povos indígenas, a expropriação contínua dos recursos naturais iniciada no período colonial se manteve e se intensificou, sob a lógica da macroeconomia global, passando a ser chamada de neo-desenvolvimentismo. A história do Brasil foi escrita com o sangue dos povos indígenas e africanos, mas muitas foram e são as vozes de resistência contra esse modelo de exploração e pela manutenção dos meios e modos seus de vidas. Uma delas é Djanira, matriarca do povo Krenak.

Djanira é liderança de um povo que está em luta há centenas de anos, que enfrentou e sobreviveu à colonização portuguesa, que visava o extermínio dos indígenas, os quais se mantiveram de pé quando foram expulsos de seus territórios para a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas e massacrados durante a ditadura empresarial-militar. O povo Krenak resiste e conta a sua própria história.



Djanira cresceu à beira do Rio Doce, em Resplendor, Minas Gerais, e o mesmo fez com seus filhos. A continuidade das tradições do seu povo foi novamente ameaçada numa quinta-feira, dia 5 de novembro de 2015, quando uma das barragens de rejeitos tóxicos da mineradora Samarco se rompeu, matando o Rio Doce. “É como quem mata gente. É a mesma coisa. Matou o rio, matou o peixe, matou a cobra da água, que é a sucuri. O rio é tudo para nós” lamenta, a matriarca.

Essa tragédia mudou a vida dos Krenak. O rio era onde eles realizavam seus rituais, festas, batizavam as crianças e tiravam ervas para remédios, alimentos e praticavam a sua religiosidade. Mesmo com todas as adversidades, Djanira e o povo Krenak seguem em luta.



LURDILANE GOMES DA SILVA | LUDMA IZA CRISTINA BELLO | ÍNDIA

As violações causadas por grandes projetos de desenvolvimento constituem uma das fronteiras de luta mais duras no contexto atual do país. Na região Amazônica, projetos ligados à cadeia extrativa mineral e à geração de energia tem se destacado com grandes violadores de direitos humanos, sociais, ambientais, culturais e econômicos. A luta por terra e moradia, nesse cenário, afeta não apenas as comunidades rurais, mas também regiões urbanas de grande e pequena escala. É neste contexto que se localiza a luta de Lurdilane Gomes da Silva, conhecida como Ludma, e Iza Cristina Bello, ou Índia, militantes do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

Ludma e Índia moram em Nova Mutum Paraná, vila urbana localizada a cerca de 100 km de Porto Velho, capital de Rondônia. A vila foi construída pela Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR), consórcio responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, para o reassentamento das famílias atingidas pelo lago da Usina. Nova Mutum Paraná possui 1.600 casas, com capacidade para até seis mil habitantes.

A família de Ludma fazia parte da comunidade ribeirinha de Mutum Paraná, que ficava entre o rio Mutum e o rio Madeira. Toda a comunidade de Mutum Paraná foi removida para a formação do lago de Jirau. Parte dessas famílias foram levadas para a vila de Nova Mutum Paraná, incluindo a família de Ludma.



Índia morava em Jaci Paraná, na chamada ocupação do trilho, localizada atrás do Reassentamento Parque dos Buritis, construído pela Santo Antônio Energia. A localidade de Jaci Paraná foi atingida pelo lago da hidrelétrica de Santo Antônio - hoje boa parte dessas áreas sofre com os o encharcamento do solo e a contaminação da água para consumo humano.

Parte das casas da vila de Nova Mutum Paraná foi utilizada para abrigar funcionários do consórcio ESBR, e deveria ser revertida para o reassentamento das famílias impactadas pelas barragens assim que fossem desocupadas. Mas as casas permaneceram desocupadas, e algumas começaram até a ser comercializadas por uma empresa subcontratada pelo consórcio responsável pela UHE Jirau (ESBR). As famílias atingidas se organizaram, assim, e promoveram a ocupação das casas ociosas de Nova Mutum Paraná.

Além dos impactos sofridos com a construção dos mega projetos, a grave enchente que ocorreu no estado em 2014 afetou de maneira brutal os habitantes dos distritos ao longo do Médio e Baixo Madeira – entre eles, a família de Índia. Foi neste contexto que ela chegou a Nova Mutum Paraná, em 2015, onde passou a fazer parte da Comissão de Defesa da Ocupação, junto a Ludma.



A violência, as ameaças e a criminalização que militantes e lideranças dos atingidos e das atingidas pela barragem de Santo Antonio e Jirau já vinham sofrendo se intensificou após o processo de ocupação das casas. Ludma e Índia passaram a ser ameaçadas constantemente por pessoas contratadas pela usinas e também por agentes públicos. A apreensão com relação à segurança de Ludma e Índia tornou-se ainda maior após o desaparecimento e assassinato de Nilce de Souza Magalhães, militante do MAB, em janeiro deste ano.

A grave situação em Nova Mutum Paraná compõe um cenário de violações de direitos que assola Rondônia, ligadas diretamente à luta por terra e território. O estado teve o maior número de assassinatos de defensores de direitos durante o ano de 2016 – foram 54 pessoas mortas em todo o país, 17 apenas no estado de Rondônia. Em um contexto de tantas adversidades, Ludma e Índia permanecem, com coragem e determinação, na linha de frente dos enfrentamentos a grandes projetos, desafiando interesses econômicos e políticos na luta por ampla reparação e garantia de direitos a atingidas e atingidos.





JÚLIA PROCÓPIO

Meninas pobres e negras, retiradas de sua família, levadas até as grandes cidades para prestarem serviços domésticos. A realidade ainda aflige milhares de meninas em todo o país, e poucas vezes é tratada com o nome devido: exploração do trabalho infantil. Ou pior: trabalho escravo infantil. Do Leblon aos Jardins, a casa grande brasileira ainda reproduz silenciosamente práticas racistas, escravocratas, fazendo do passeio no Shopping Center a imagem viva de um quadro de Debret.

O trabalho escravo infantil doméstico foi uma dura marca na história de Dona Julia Procópio. Ainda menina, aos doze anos, Dona Julia foi levada de sua cidade natal, Três Corações, em Minas Gerais, por uma rede de tráfico de pessoas. O destino foi a cidade do Rio de Janeiro. Dona Julia saía, assim, da casa de sua família para a “casa de família”. Nos anos seguintes, ela faria a transição da infância para a adolescência junto a panos, baldes e panelas, na casa de militares, sem qualquer tipo de amparo ou apoio.

A remuneração prometida em troca dos trabalhos prestados nunca chegaria. “Ela disse que ia mandar o dinheiro para a minha mãe em Minas”, relembra Dona Julia, uma senhora negra de 65 anos. A mãe permaneceu em Três Corações, sem nunca ver um centavo do pagamento prometido à filha.

“Eu trabalhava desde a manhã e só podia dormir depois que chegasse a última pessoa da casa; não me deixavam sair, só se tivesse que trazer alguma coisa da rua”,



conta Dona Julia. Além do terror psicológico, do regime de cárcere privado, a rotina incluía castigos e maus tratos físicos: “Às vezes ela tacava a panela na minha cara, me batia, e eu gritava: eu quero ir embora! Eu quero ir embora! Eu quero ir embora desse lugar!”

Certa vez, uma vizinha perguntou à menina Julia se ela queria “dar parte na polícia”. A resposta reproduziu o pavor da criança acuada: “Não, não, por favor não, são tudo gente grande, e se eles vem me matar?”

A família que mantinha Dona Julia em regime escravo tinha várias casas no Rio de Janeiro, e também em São Paulo. Não era incomum que ela passasse períodos em diferentes casas da família. “Eles me levaram para São Paulo para ficar cuidando da filha deles que estava de resguardo, tinha acabado de ter bebê. Aí quando acabou o resguardo eles me trouxeram de novo para o Rio”. A criança negra, escravizada, embalava os primeiros sonhos da criança branca que acabara de nascer, sonhos que lhe foram roubados de sua própria infância.

Nas poucas saídas para resolver os assuntos da família na rua, Dona Julia conheceu Eni. A mulher se tornaria a sua única amiga no Rio. “Eni morava na favela, eu ia para a casa dela escondida às vezes”, relembra Dona Julia, ao falar da pessoa que mudaria novamente o rumo de sua vida. “Teve um dia que ela falou pra mim ‘É hoje que vai acabar essa história toda, eu vou até lá, vou te apanhar de lá’”. Eni entrou na casa apresentando-se como prima de Julia, e anunciou, sem tergiversar, que ela não ficaria mais ali. “Eles não me deixaram levar nem uma peça de roupa”, conta Dona Julia.



Aos 16 anos, Dona Julia retornou a Minas, mas pouco tempo ficou antes de voltar ao Rio. Não se acostumaria novamente a uma vida que lhe fora tirada das lembranças. O retorno foi para junto de sua amiga Eni, na favela do Amarelinho, em Acari, onde ergueu um barraco de estuque. Foi lá que Dona Júlia conheceu Carlos, e com ele teve oito filhos. Três de seus filhos morreram, ainda bebês. O casal de gêmeos faleceu logo após o nascimento, com falência respiratória. A pequena Adriana morreu aos seis meses, por problemas cardíacos.

No enterro de Adriana, Dona Júlia encontrou outra criança no caixão. “Quando eu cheguei para enterrar ela, era um garoto que estava no caixão. Eu falei: não é minha filha, não é minha filha, vou abrir o caixão. Quando abri e levantei a roupa, era um menino. Foi uma jornalista que estava no cemitério que me ajudou, eu fui achar a minha filha toda aberta em uma mesa que eles estavam estudando. Eu desmaiei, vi minha filha toda aberta... E a mãe do menino lá louca procurando por ele”.

Foi na favela do Amarelinho que Julia criou os cinco filhos. “Eu fazia blusa pros meus filhos com saco, colocava dois bolsinhos. Tinha dias que eles não tinham nada pra comer, eu fazia bofe com angu pra eles comerem, e eles iam pra escola, se formar”. Quando sua irmã faleceu, ela também passou a criar suas três sobrinhas. Como a irmã morava em Belford Roxo, a rotina de Dona Júlia passou a alternar períodos na Baixada Fluminense e períodos no Amarelinho.

Dona Julia fez trabalhos domésticos durante toda a vida. Também foi camelô, teve um carrinho de cachorro-quente. “Eu nunca trabalhei de carteira assinada, trabalhei sempre em casa de família”. Os estudos ficaram para a fase adulta: “Eu fui estudar depois de velha, em 2003, em um colégio no Irajá. Eu estudava à noite, ia terminar o segundo grau”.



No Amarelinho, Julia conheceu Penha, mãe de Maicon, então com dois anos de idade. Dona Julia estava na rua perto de sua casa quando viu Maicon ser assassinado por policiais em uma operação na favela de Acari. “Um rapaz veio até mim gritando: tia, tia, socorre o filho da Penha! Eu cheguei perto e Penha estava desesperada, chorava ‘socorre meu filho, socorre meu filho’, e entrou no carro com o menino pra ir para o hospital”. O caso do assassinato de Maicon, em 1996, prescreveu após vinte anos, sem que ninguém tenha sido responsabilizado.

Foi através da luta por justiça de Penha e Zé Luís, mãe e pai de Maicon, que Dona Julia se aproximou da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência e da luta contra a violência do Estado. “Ainda não era a Rede naquela época, era ‘Posso Me Identificar?’. Eu conheci ali a Patrícia, que me ajudou muito, muito mesmo, eu gosto dela como uma filha”, relata Dona Julia sobre Patrícia Oliveira, uma das fundadoras da Rede. “Fizemos muitas passeatas, era um movimento muito bonito, era um movimento das mulheres também. Aí eu conheci e fiquei na Rede, entrei em 2003”.

Dona Julia já tinha uma intensa militância política no Amarelinho, consolidando-se como uma liderança local. Aproximou-se da militância partidária, e foi muitas vezes candidata a vereadora. “Eu não tinha medo de nada, de nada. Se alguém fizesse algo contra você eu ia comprar o seu barulho. Fui presa porque entrei na frente de um policial que apontava a arma para um menino”.

Nas recordações de Dona Júlia, o retrato de uma vida de luta e resistência contra violações que insistem em incidir sobre os corpos negros. Trabalho escravo, trabalho precarizado, violência institucional. “A minha vida foi assim, na luta. E sustentei meus filhos vendendo cachorro-quente, bolinho, passando roupa, fazendo faxina”, conclui, sabendo que há, ainda, muitos capítulos a serem escritos em sua história.



SANDRA QUINTELA

A crítica ao modelo de desenvolvimento em curso no país diz respeito não apenas a análises teóricas, mas também a práticas de resistência que compõem as lutas concretas. Esse entrecruzamento de análises e práticas de resistência atravessa a história de luta e militância de Sandra Quintela, sócio-economista, feminista, Coordenadora-Geral do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS).

A intensa militância durante os anos de redemocratização do país e fim da ditadura empresarial-militar aproximaram Sandra não apenas da retomada dos centros acadêmicos e dos movimentos estudantis, mas também do processo constituinte e da luta por reforma agrária. O interesse pela área de economia agrária e política agrícola foi, assim, uma marca dos primeiros anos de militância de Sandra, que nasceu e viveu até a primeira parte da vida adulta em Alagoas. O estado era, então, o segundo maior produtor de cana de açúcar no país. “A realidade da cana e dos trabalhadores rurais envolvidos nessa atividade, o contraste enorme entre a riqueza abundante de algumas poucas famílias e a pobreza das populações que viviam em pequenas cidades ou no meio rural foram inquietações que me acompanharam desde pequena”, lembra Sandra.

Foi assim que ingressou no Instituto de Planejamento Agrícola de Alagoas, atuando pela implementação de políticas de reforma agrária na época em que o plano nacional de reforma agrária era decretado pelo governo Sarney. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra neste momento chegava ao estado, e abriu em Maceió o seu primeiro



escritório da região nordeste. Sandra também participou da organização do primeiro encontro de mulheres assentadas.

No início dos anos 90, Sandra foi estudar políticas de desenvolvimento na Alemanha. Teve então grande envolvimento na luta contra o racismo e a xenofobia, e fez parte de um grupo de acolhimento de mulheres imigrantes, sobretudo da ex-Iugoslávia, que passava por um longo período de guerra civil. “Me envolvi muito no apoio às mulheres e aos imigrantes, contra a onda xenófoba que então começava a nascer, no período de unificação da Alemanha após a queda do muro”, relata.

Retornando ao Brasil, Sandra mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou por quase dois anos na Capina - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa. Lá teve contato com diferentes grupos, como as quebradeiras de coco do Maranhão, e atuou em assentamentos, discutindo e criando alternativas para a viabilidade econômica de projetos de economia popular e solidária.

Foi assim que Sandra chegou ao PACS, em 1998, para organizar o Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidária, e uma série de outros encontros sobre o tema no Brasil nos anos seguintes. Quando a economia solidária passa a ser pauta de políticas públicas, Sandra passa a dedicar-se mais a outras temáticas, como o direito à cidade, e também se tornou uma voz essencial no debate crítico da dívida pública no capitalismo global. Como coloca, “o problema da dívida não é uma questão financeira, de equalização de pagamentos. A dívida é um mecanismo de dominação; é um mecanismo pelo qual os países e instituições, os donos do capital, impõem uma política



que pode significar exploração máxima de recursos nacionais, a estrangeirização das terras, a privatização das políticas, a privatização da saúde, educação... Tudo isso vem no bojo das políticas de empréstimos”.

Neste momento, passa também a incidir com mais intensidade em temas da luta latino-americana, como a ALCA, a integração regional, e de mobilização da esquerda global, como o Fórum Social Mundial. Desde 1999, passa também a atuar no Jubileu Sul, rede ampla de movimentos sociais, organizações populares, comunidades, campanhas e militantes na América Latina e Caribe, África, Ásia. “Naquele momento a gente discutia o quanto a dívida impacta de maneira brutal, enquanto um fator de sistemática violação de direitos humanos, os países do sul”, explica Sandra. A mobilização inicial era em torno do cancelamento da dívida dos países mais pobres e endividados, mirando o encontro do então G7 no ano 2000. A articulação promovida desde o Sul Global para enfrentar a questão da dívida criou raízes perenes, e tornou-se o Jubileu Sul. O tribunal da dívida externa e o plebiscito da dívida, no ano 2000, – um plebiscito popular que reuniu mais de seis milhões de pessoas – foram atividades diretamente ligadas às ações do Jubileu Sul, com a essencial construção de Sandra e do PACS.

A partir de 2002, a atuação incisiva foi na organização do plebiscito sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), junto com a Campanha Continental contra a ALCA. Essas iniciativas se desdobraram em assembléias populares por todo o Brasil, disseminando e criando ferramentas de educação popular e metodologias participativas.

Entre 2006 e 2007, Sandra e o PACS iniciaram um trabalho de longo prazo envolvendo o enfrentamento às violações de direitos humanos, sociais, culturais e ambientais causadas pela Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). A empresa atua no bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, junto à Baía de Sepetiba. “Esse trabalho começa com um processo de denúncia internacional das violações e parte para construção de pontes e de fortalecimento das resistências locais, articulando diversos atores e atrizes



locais para debater o modelo para a região”. Quando a empresa começou a funcionar, a partir de 2010, os impactos da chuva de prata impuseram violações a um conjunto ainda maior de pessoas. “Falamos da maior siderúrgica da América Latina, que está localizada dentro da cidade do Rio de Janeiro, uma metrópole, numa baía que é parte de uma costa verde, de grande diversidade biológica e de povos, que está sob ameaça”.

Em um tempo de retrocessos, novos desafios se apresentam para a luta de Sandra. “A gente vive um momento muito duro na humanidade como um todo, não só no Brasil. Estamos em uma encruzilhada. Ou a gente aposta na construção e no resgate de relações de solidariedade, na luta contra a injustiça, ou a gente capitula diante do capitalismo, do todos contra todos, do interesse individual”.

No momento em que o PACS completa 30 anos, a aposta do instituto continua a ser pela educação popular, na construção de instrumentos de pesquisa para que as organizações e os movimentos sociais tenham mais instrumentos para intervir nessa realidade, apostando nas redes e espaços coletivos, nas articulações. Como horizonte de sua militância, Sandra não vacila: “A alegria é a nossa trincheira. A gente não pode capitular diante de tanta tragédia, é preciso manter o ânimo, senão eles vencem de vez a gente. Para mim é muito sério apostar na alegria, no ânimo, no sonho, na força que temos de mudar essa realidade. Para mim essa é a força que eu respiro”.



WILMA MELO

A luta dentro do sistema prisional talvez seja uma das mais inglórias para defensoras de direitos humanos. Como se não bastassem todas as violações sofridas pelas pessoas que estão em presídios e em outros espaços de cerceamento da liberdade, há ainda o estigma social, que leva a um agravamento da situação não apenas dos presidiários, mas também de suas famílias. As dificuldades e as necessidades urgentes dessa luta logo ficaram claras para Wilma Melo, quando, por volta de 1982, entrou pela primeira vez num presídio. Desde então, são mais de 30 anos visitando e denunciando os abusos cometidos no sistema prisional de Pernambuco - que conhece praticamente inteiro -, o que também já a levou a enfrentar situações tensas e ameaças que colocaram sua vida em risco, mas sem nunca duvidar da importância de seu trabalho por aqueles colocados à margem e desumanizados.

Wilma tem a lembrança muito clara da percepção que teve sobre a forma como o Estado trata as famílias dos presos. “Eu entendo que é a exclusão da exclusão. São pessoas punidas por serem familiares e que muitas vezes se encontram em situação de precariedade, que acabam não sabendo como responder às violências que sofrem do Estado. Ficam preocupadas, tem medo que o marido preso sofra alguma coisa. No meu caso, inclusive pela formação que tinha, sabia que era preciso fazer algo para tentar mudar aquela situação”, explicou Wilma, assistente social formada em 1979 pela Universidade Católica de Pernambuco, com 26 anos na época.



O trabalho que Wilma fazia solitariamente ganha outros contornos a partir de 1992, quando, a convite de uma amiga, entra na Comissão Penitenciária, ligada ao Grupo de Apoio às Organizações Populares. Desde então, a defensora tem se empenhado em diversas frentes, já tendo sido presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado de Pernambuco e articulado, ao lado de outros coletivos e organizações, a criação do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco. Em 1997, com outras companheiras e companheiros, funda o Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões (Sempri), do qual faz parte até hoje, realizando visitas permanentes a unidades de detenção, como o Complexo do Curado.

Em 1999, o marido de Wilma é morto dentro de um presídio, um choque para ela e os quatro filhos. Apesar disso, segue em sua luta, mesmo com todas as dificuldades. Para conseguir cuidar da família e de sua militância, ela é, desde o começo dos anos 2000, professora de autoescola. “Foi um trabalho que eu comecei já avisando que não poderia abrir mão da minha luta na questão carcerária”, explicou Wilma, que tem a pauta como algo central em sua vida. “Em qualquer espaço de políticas públicas que eu entre, trago a questão prisional. Não apenas falando dos presídios, mas também de como, se políticas como saúde e moradia fossem efetivadas, a questão carcerária seria completamente diferente”.

A defensora sempre faz questão de ressaltar que observar os presídios é a melhor forma de entender uma sociedade. É onde suas falhas surgem de forma mais veemente, segundo ela, que já teve uma série de situações nas quais ficaram claras as desigualdades e injustiças no Brasil. “Não lembro exatamente o ano, mas foi no começo



dos anos 2000. Uma família veio até mim procurando um parente que tinha acabado de cumprir a pena, mas ainda estava preso. Fomos lá e comprovamos que havia ocorrido isso. Porém, na hora de resolver a saída, descobrimos que ele não tinha nem certidão de nascimento. Como isso ocorre? Como ele foi condenado pelo Estado sem nem uma certidão de nascimento? Um homem negro, pobre e analfabeto, preso daquela forma. Ainda assim conseguimos soltá-lo e, um mês depois, ele foi assassinado. Só aí ele foi ter registro, pois, para ter certidão de óbito tem que ter de nascimento. Isso é uma história de vida que não é só dele, mas de muitos que estão na prisão”, afirma.

Ver tão de perto esses problemas e denunciá-los também colocou Wilma em risco. Atualmente, ela faz parte do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Pernambuco. Para ela, o Estado oferece proteção contra uma ameaça que ele mesmo cria. “Qualquer militante que procure fazer um trabalho como esse corre risco. Ele corre risco porque vai enfrentar algumas coisas institucionalizadas. Eu enfrentei a corrupção no sistema prisional que é muito forte. Ele é muito fechado, muito cerrado. Impõe medo nas pessoas que buscam mudá-lo. Assim, essa ameaça pela qual o Estado me oferece proteção é uma que ele mesmo cria”.

Apesar das dificuldades, a defensora acredita que a luta na questão prisional é cada vez mais importante. A política institucional tem levado a um gritante aumento da população carcerária do Brasil, que já é a quarta maior do mundo. “Estamos caminhando para transformar o sistema em uma moeda. Vemos tudo ser sucateado, uma ferrugem que corrói, provocada pelo próprio Estado. Aí alguém vai dizer que precisa ser consertado e o caminho são as prisões privadas. As pessoas descobriram que a prisão é um grande negócio”, explica Wilma, já deixando claro que está atenta e disposta a continuar na militância, frente a todos os desafios que surgirem.







**HOMENAGEADAS
DOS ANOS ANTERIORES**
—





2015

ANACLETA PIRES DA SILVA

Liderança do Quilombo de Santa Rosa dos Pretos, Maranhão.

ANTONIA MELO

Coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Pará.

CRISTIANE FAUSTINO

Coordenadora do Instituto Terramar, ativista da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), Ceará.

EUFRÁSIA SOUZA DAS VIRGENS

Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro.

FRANCISCA MOURA LOPES

Integrante há 10 anos da Equipe da Justiça Global, Rio de Janeiro.

GILMARA CUNHA

Militante LGBT, fundadora do coletivo Conexão G, Rio de Janeiro.

INAYE GOMES LOPES

Liderança da terra indígena Ñande Ru Marangatuú, do povo Guarani-Kaiowá, Mato Grosso do Sul.

MICHAEL MARY NOLAN

Irmã da Congregação de Santa Cruz de São Paulo, advogada de Direitos Humanos, presidenta do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), São Paulo.

PATRÍCIA OLIVEIRA

Fundadora da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, integrante do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro.

ROSE MEIRE DOS SANTOS SILVA

Liderança do Quilombo Rio dos Macacos, Bahia.

VALDÊNIA PAULINO

Advogada de Direitos Humanos, atua no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente de Sapopemba, São Paulo.

2014

ANDRÉIA BEATRIZ DOS SANTOS

Coordenadora da organização panafricanista “Reaja ou será morta, reaja ou será morto”, Bahia.

ANDRESSA CALDAS

Fundadora da Justiça Global, Diretora do Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del Mercosur, Buenos Aires.

CECÍLIA COIMBRA

Fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/RJ), Rio de Janeiro.

DAIZE MENEZES DE SOUZA

Liderança da Associação de Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR), Rio de Janeiro.

DÉBORA SILVA

Fundadora do Movimento Mães de Maio, São Paulo.

DEIZE CARVALHO

Militante contra a violência do Estado, sobretudo no Sistema Socioeducativo, Rio de Janeiro.

EVANE LOPES

Liderança do Quilombo de São Domingos, Minas Gerais.

INDIANARA SIQUEIRA

Militante LGBTT, presidente do Grupo Transrevolução e vereadora suplente pelo PSol, Rio de Janeiro.

MARGARIDA TENHARIN

Liderança do povo Tenharin, Amazonas.

MARIA DE LOURDESLOPES | LURDINHA

Coordenadora nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Rio de Janeiro.

MARIA JOEL DIAS DA COSTA

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, Pará.

MARTA FALQUETO

Coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH/Serra) e fundadora do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Espírito Santo.

NAIR ÁVILA DOS ANJOS

Mãe do advogado de direitos Humanos Manoel Mattos, assassinado em 2009. Sua luta tornou este o primeiro caso de federalização do país. Pernambuco.

PAULA MAIRAN

Ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

SANDRA CARVALHO

Fundadora da Justiça Global, Rio de Janeiro.



TEXTOS

—

Daniela Fichino
Gláucia Marinho
Mario Campagnani

REVISÃO

—

Alexandra Montgomery
Alice De Marchi
Isabel Lima
Melisanda Trentin
Sandra Carvalho

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

—

Bianca Buteikis

REALIZAÇÃO

—



APOIO

—



SIGRID RAUSING TRUST

